

A Avaliação dos Empreendedores Sobre os Incentivos Governamentais à Inovação e Internacionalização de Pequenas e Médias Empresas

JULIA PORTO CABRERA ¹, SÔNIA M.K. GUIMARÃES ²

¹ Autora, aluna de graduação em Ciências Sociais, UFRGS.

² Orientadora, Professora do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFRGS.



XXV SIC
Salão Iniciação Científica

Introdução

Na denominada economia do conhecimento, a interação entre universidade, estado e empresa é decisiva à inovação. Neste contexto, o estado torna-se um importante estimulador da pesquisa e desenvolvimento através de programas de incentivo e financiamento promovidos por agências especializadas. O estudo analisa a influência do governo no comportamento de gestores de empresas intensivas em conhecimento de pequeno e médio porte, no Rio Grande do Sul. O objetivo foi investigar em que medida esses empreendedores aprovam os incentivos e apoios governamentais de fomento à inovação e internacionalização, bem como avaliar as possibilidades que os supracitados gestores têm de se beneficiar desses programas.

Referencial Teórico

Em busca do domínio de tecnologia e, conseqüentemente, do desenvolvimento socioeconômico, o governo se responsabiliza de forma crescente pelos investimentos na indústria e amplia instituições responsáveis pelo desenvolvimento e pela Ciência e Tecnologia, sobretudo na década de 1990 (SANTOS; PINHEIRO, 2011). Para abandonar a condição de exportador quase que estrito de matérias primas, incentivos governamentais de ordem fiscal, mercadológica, administrativa e legal, atingem um número considerável de empresas no Brasil nos anos 2000. O governo se apresenta como aliado do setor empresarial e propiciador da articulação entre os componentes da hélice tríplice, governo, empresa e universidade, (ETZKOWITZ, 2009), através de normas de regulação, como leis de inovação e da parceria público-privado. Porém, Marcovitch (1991), citado por Santos e Pinheiro (2011), demonstra que os gestores ainda vêm desvantagens em recorrer a tais incentivos, como o fato de se tornarem mais suscetíveis às mudanças políticas, além de empresas maiores tenderem a acessar maior número de benefícios.

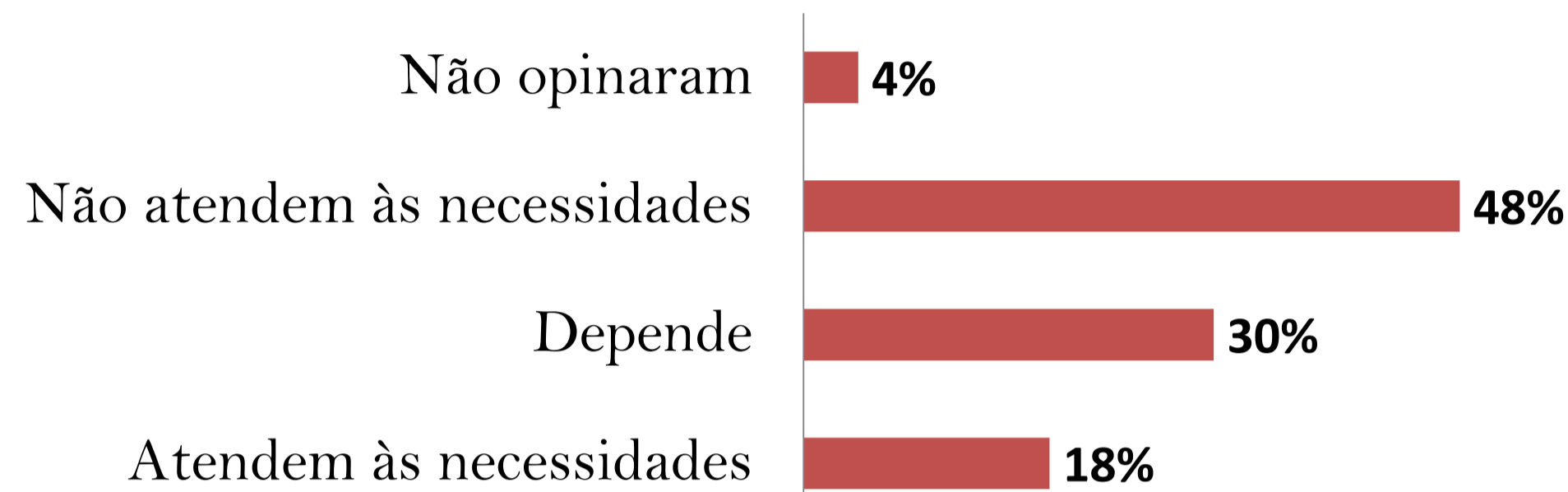
Metodologia

A pesquisa foi viabilizada pela revisão bibliográfica acerca do tema e por realização de entrevistas semiestruturadas com 27 empreendedores inovadores no Rio Grande do Sul. Os critérios para a seleção das empresas estudadas foram: 1) possuir inovação nos produtos desenvolvidos e comercializados; 2) possuir algum grau de internacionalização; 3) ser composta por menos de cem funcionários.

Resultados Obtidos

O levantamento preliminar dos dados demonstrou que aproximadamente 56% das empresas obtiveram apoio de instituições federais, como o Sebrae, ou de editais públicos para consultoria, treinamento em gestão, *marketing* ou gestão da inovação. Apesar dos investimentos crescentes no setor, os programas governamentais ainda são considerados insuficientes ou não adequados à realidade do empreendedor, como pode ser observado na tabela a seguir:

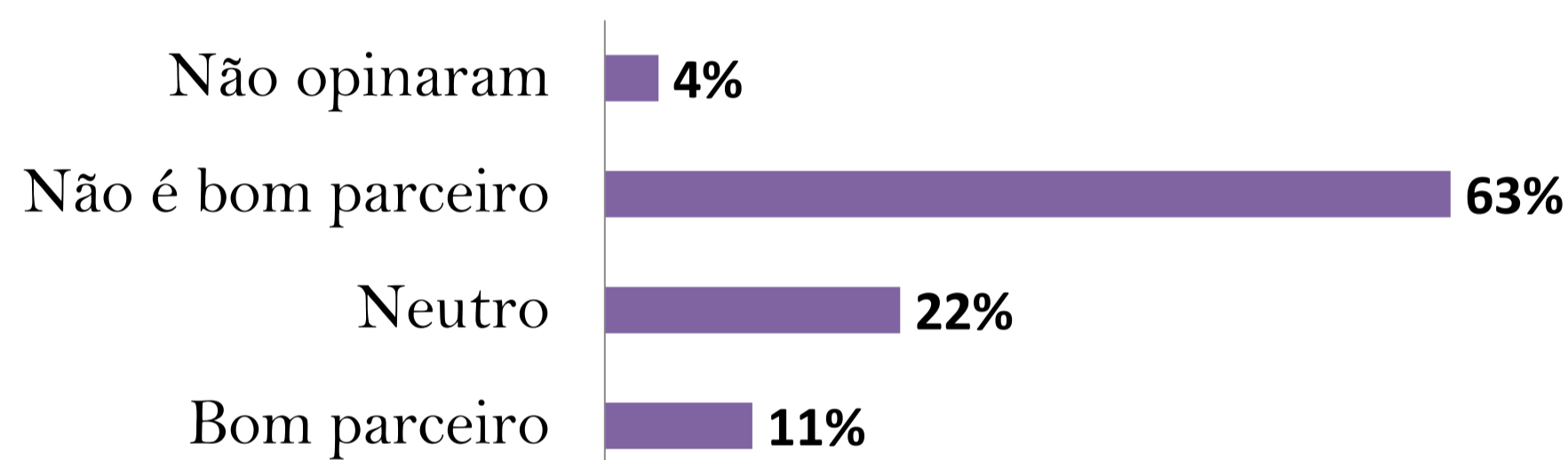
Avaliação dos Empreendedores Acerca dos Programas Governamentais



Fonte: Elaboração Própria

Além disso, os empreendedores ainda não acreditam que o governo é um bom parceiro:

Avaliação dos Empreendedores Acerca do Governo



Fonte: Elaboração Própria

Dentre outros aspectos, empreendedores afirmam que incentivos fiscais não são medidas eficientes, são “incompletas”, tendo em vista que eles arcam com altos custos de impostos ao longo da cadeia produtiva. Para alguns, a indústria brasileira ainda perde competitividade para outros países emergentes, como a China, Índia e Rússia.

Outras questões relatadas é que o acesso ao financiamento é restrito e os órgãos fiscais dificultam a exportação. Não há garantias de que o produto enviado chegará em boas condições, sobretudo os perecíveis, tendo em vista que é comum a violação de lacres.

Conclusões Parciais

Apesar do aumento de investimento governamental no setor produtivo, existem barreiras que podem se caracterizar como um entrave para o processo de inovação no Brasil. A desconfiança ainda permeia a relação governo/empresas e a utilização dos recursos governamentais nem sempre é vantajosa: 36% dos entrevistados acreditam que as exigências burocráticas diminuem a agilidade dos negócios e, portanto, custa caro. É perceptível certo grau de otimismo em relação ao papel governamental. Depoimentos apontam que o governo põe em prática nova conduta ou que, ao menos, “já foi pior”. Não se pretende esgotar a discussão, entretanto, há indícios de que a mudança do governo em relação ao setor empresarial é perceptível, entretanto ainda existem limites na articulação desses dois elementos fundamentais à economia do país.

REFERÊNCIAS

ANDREASSI, Tales. Ações internas voltadas ao fomento da inovação: as empresas também devem fazer sua “lição de casa”. *Cad. EBAPE.BR*, Rio de Janeiro, v. 3, n. spe, 2005. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000500011&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 Out. 2013.

ETZKOWITZ, Henry. Hélice Tríplice: Universidade - Indústria - Governo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

SANTOS, Manoela S. dos; PINHEIRO, Ivan A.. Governo: um aliado nem sempre lembrado pelas empresas na hora de desenvolver as atividades de P&D. *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 5, Out. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122011000500010&lng=en&nrm=iso. Acesso em 01 Out. 2013.

